

Colégio  
00001Sala  
0001Ordem  
0001

Agosto/2018



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ

### Concurso Público para provimento de cargos de Especialista na Educação Assistente Social

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'E04', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

# PROVA

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos

## INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Educação de qualidade é investimento essencial de uma nação.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

## ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

**Pensamento crítico de José Saramago**

*Brilhante provocador intelectual, consciência insatisfeita, duro polemista e detonador de conformismos, além de refinado analista e observador atento de seu tempo, o escritor português José Saramago assumiu, com visível energia a partir da década de 1990, a função crítica do homem de cultura envolvido pelo pulsar de seu tempo. Concernido pelo mundo e pela natureza do ser humano, empreendeu a tarefa de desestabilizar, mediante o questionamento, uma realidade social que julgou opaca, confusa e injusta.*

*Saramago destacava “a necessidade de abrir os olhos” e, como Aristóteles, apegava-se à obrigação de elevar o julgamento ao nível da maior lucidez possível. Essa busca exigente das facetas ocultas da verdade – “as verdades únicas não existem: as verdades são múltiplas, só a mentira é global”, garante – o conduziria a explorar o outro lado do visível, circulando por caminhos que escapavam ao costume. Tratava-se, em resumo, de procurar enxergar com clareza, para o que se tornava iniludível a tarefa de revelar e resgatar as omissões. Iluminar e desentranhar o real constituía uma aspiração central de seu pensamento.*

*Com base nesses pressupostos, enfrentou o que chamava **pensamento único** – ou **pensamento zero**, como também o qualificava – opondo-lhe a resistência de uma autêntica barricada moral e intelectual. Suas visões alternativas foram expressas com a clareza e a autonomia de um livre-pensador que reage contra as deformações dos mitos e as limitações das versões oficiais. Praticou, como o filósofo francês Voltaire, a dúvida sistemática, reagindo com firmeza à indolência da frase que diz “sábio é aquele que se contenta com o espetáculo do mundo”, defendida pelo poeta Ricardo Reis, heterônimo de Fernando Pessoa.*

(Comentário sem indicação autoral ao livro **As palavras de Saramago**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 453-454)

1. No 2º parágrafo do texto, a “necessidade de abrir os olhos”, tão valorizada por Saramago, indica que ele
  - (A) considera insuficiente a visão já constituída das coisas, o que torna premente a busca da verdade nas facetas ocultas do real.
  - (B) recomenda a quem queira compreender o mundo a busca da verdade das coisas nas formas sob as quais elas se apresentam.
  - (C) aceita que a globalização da mentira se deve ao fato de que ela goza de mais prestígio em nossa época do que a busca da verdade.
  - (D) reluta em comungar com a tese daqueles que acreditam estar a verdade das coisas mais no que elas ocultam do que no que elas mostram.
  - (E) prefere investir mais na clareza do senso comum do que no esforço de desentranhar das coisas um significado mais complexo que nelas se oculta.

---

2. No 3º parágrafo do texto, o filósofo Voltaire e o poeta Ricardo Reis são citados de modo a
  - (A) apresentar duas posições complementares, no que diz respeito a atitudes a serem tomadas diante do espetáculo do mundo.
  - (B) valorizar sobremaneira a discrição dos poetas, notadamente mais consequente do que a dúvida dos filósofos.
  - (C) mostrar como antagônicas a desconfiança filosófica e o sábio prazer de quem se satisfaz com o mundo.
  - (D) contrastar a restrição do conhecimento que está na dúvida e a inteireza do saber que não teme a indolência.
  - (E) equiparar a vantagem que está no conformismo com o relativo sucesso de quem cultiva a dúvida como método.

---

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
  - (A) *envolvido pelo pulsar de seu tempo* (1º parágrafo) = emerso das atribuições de sua época.
  - (B) *facetas ocultas da verdade* (2º parágrafo) = nuances simuladas do conhecimento.
  - (C) *resgatar as omissões* (2º parágrafo) = cumprir os desfalques.
  - (D) *iluminar e desentranhar o real* (2º parágrafo) = esclarecer e desvendar a realidade.
  - (E) *autêntica barricada moral* (3º parágrafo) = genuína acomodação da ética.



4. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Por traz da visibilidade do real há aspectos que seriam necessários também considerar para se ter dele um dimensionamento mais eficaz.
  - (B) Ao se opor ao chamado pensamento único, Saramago quer ressaltar a importância de se levar em conta uma visão alternativa da realidade.
  - (C) É comum que se credite ao pensamento zero as supostas vantagens que no senso comum haveriam de ter sobre o senso crítico.
  - (D) Sensível à pressões de seu tempo, Saramago soube fazer de sua literatura um exercício crítico à que não há de faltar análises fundas da realidade.
  - (E) Os versos de Ricardo Reis espelhariam uma atitude da qual Saramago não concordaria, haja visto suas posições combativas.
- 
5. Há ocorrência de forma verbal na voz passiva e pleno atendimento às normas de concordância na frase:
- (A) A dúvida sistemática a que se entregou Saramago em seus textos mais maduros parecem derivar de suas leituras de Voltaire.
  - (B) A poucas pessoas costumam ocorrer que os dados da realidade vivem muito mais de uma aparência de verdade por trás da qual se oculta a verdade efetiva.
  - (C) Assim como Aristóteles se empenhava na clareza do pensamento, assim também sucedem aos grandes escritores espelhar-se na filosofia clássica.
  - (D) Em mais de um texto Saramago defendeu a ideia de que a História não é mais que uma narrativa parcial, uma vez que faltariam aos fatos a versão dos derrotados.
  - (E) Enquanto não se fazem as análises possíveis de um acontecimento, é importante que se desconfie das omissões e lacunas de quem o registra.
- 
6. Está plenamente adequada a correlação entre os tempos verbais na frase:
- (A) Não fosse Saramago um escritor tão atento às nuances do real, sua prosa de ficção não haveria de granjear tantos admiradores.
  - (B) A frase de Ricardo Reis houvesse de ter soado mal para um outro escritor que preferisse investir em posições mais críticas.
  - (C) Quem vier a se empenhar na prática da dúvida sistemática estará mais perto de reconhecer o que os fatos costumam ocultar.
  - (D) O relato dos fatos históricos passados evidencia que os vitoriosos determinassem o seu significado.
  - (E) Sempre que alguém ultrapasse as limitações do senso comum teria verificado quão mais complexos são os fatos tidos como consumados.
- 

**Atenção:** Para responder às questões de números 7 a 10, baseie-se no texto abaixo.

#### Pensando a “motivação”

*Já é um lugar-comum dizer que a **motivação** é um elemento importantíssimo na tarefa de educar. “Motivar o aluno” é uma operação vista como a chave essencial do processo. Mas é preciso ter cautela quanto ao que se entende, afinal, por **motivação**. Se ela quer dizer algo como “corresponder a desejos ou expectativas existentes no aluno”, então não será mais do que o atendimento ao que, no fundo, já está motivado. Talvez seja o caso de aceitar que a surpresa, o passo desconhecido e o impacto do estranhamento podem ser estimulantes para o jovem se defrontar exatamente com o que é diferente do que ele já tem. Em vez de acionar nele os mecanismos de atendimento ao que já lhe interessa, não será melhor fazê-lo trilhar um caminho inédito e desafiador?*

*O sentido de motivar pode ser bastante conservador, ao acionar valores já mecanizados de um sistema. Começam a surgir assertivas como “isto seria mais próprio para crianças acima de dez anos” ou “os jovens de hoje preferem ouvir tal tipo de música”. Se seguirmos por esse caminho, estaremos apenas confirmando um gosto já estabelecido. A única condição que existe para se abonar o termo **motivação** está no aproveitamento da ideia de **motivo** como uma oportunidade de mover o aluno para bem mais adiante do lugar que ele próprio já determinou para instalar suas expectativas.*

(Perivaldo Ramon Gutierrez, inédito)

7. O autor do texto defende a posição segundo a qual uma motivação positiva e desejável é aquela que
- (A) repercute imediatamente no educando por já estar representada dentro dele.
  - (B) atrai o jovem para valores sedimentados nos usos e costumes de uma cultura.
  - (C) propicia ao aluno a confirmação prática das expectativas que ele alimenta na teoria.
  - (D) desafia o estudante a se confrontar com valores de cuja existência sequer suspeitava.
  - (E) afasta o aluno de suas obsessões próprias para conduzi-lo por caminho mais seguro.



8. Considerando-se o contexto, estabelecem entre si uma relação de **oposição** os seguintes segmentos do texto:
- (A) *corresponder a desejos / expectativas existentes* (1º parágrafo).
  - (B) *mecanismos de atendimento / caminho inédito* (1º parágrafo).
  - (C) *já está motivado / já lhe interessa* (1º parágrafo).
  - (D) *valores já mecanizados / instalar suas expectativas* (2º parágrafo).
  - (E) *mover o aluno / bem mais adiante do lugar* (2º parágrafo).
- 
9. Traduz-se em linguagem clara, correta e coerente o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *Já é um lugar-comum dizer que a **motivação** é um elemento importantíssimo* = É normal afirmar que o bom senso estabelece a importância preliminar da motivação.
  - (B) *é preciso ter cautela quanto ao que se entende, afinal, por **motivação*** = acautelar-se quanto ao que entendemos por motivar é o cuidado que precisamos.
  - (C) *A única condição que existe para se abonar* = A condicionante excludente para se remunerar.
  - (D) *Começam a surgir assertivas como* = Introduz-se então afirmações taxativas tipo assim.
  - (E) *acionar nele os mecanismos de atendimento ao que já lhe interessa* = estimular nele as razões de interesse que ele já tem.
- 
10. O **verbo** indicado entre parênteses, ao flexionar-se, deverá concordar com o elemento sublinhado na frase:
- (A) É preciso que se (**atender**) os interesses que ainda não estejam prescritos pelo senso comum.
  - (B) O que (**dever**) motivar um aluno são as expectativas que ainda não foram bem assimiladas por ele.
  - (C) Entre as assertivas que (**fazer**) constar no texto, o autor se valeu de algumas já bastante consagradas.
  - (D) O autor deseja distinguir entre os vários sentidos que se (**atribuir**) à motivação.
  - (E) Aos caminhos já percorridos (**cumprir**) opor as trilhas do que é novo.
- 

#### Legislação

11. A União, em matéria de educação, tem responsabilidades partilhadas com Estados e Municípios. Além de organizar e manter o sistema federal de ensino, deve atuar na função redistributiva e supletiva. A função redistributiva está baseada no princípio da
- (A) equidade
  - (B) acessibilidade.
  - (C) legalidade.
  - (D) simetria.
  - (E) isonomia.
- 
12. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um exemplo de política
- (A) reguladora do padrão de qualidade da merenda fornecida por Estados, Municípios e cantinas escolares.
  - (B) focada, voltada para populações vulneráveis que frequentam as escolas públicas de educação básica.
  - (C) suplementar, voltada para efetivar o dever do Estado em garantir o direito à educação escolar.
  - (D) de educação alimentar a ser desenvolvida nas escolas de educação básica.
  - (E) estimuladora de hábitos de alimentação saudável nas famílias para o pleno desenvolvimento dos estudantes.
- 
13. O direito à Educação, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assegura à criança e ao adolescente
- (A) bolsa de estudo, sempre que a família provar insuficiência de recursos.
  - (B) merenda escolar com produtos orgânicos.
  - (C) participar das atividades extraclasse sem ônus para a família.
  - (D) acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.
  - (E) acesso gratuito a cinemas, teatros e museus.
- 
14. A professora de uma pré-escola percebeu durante as aulas da semana um comportamento incomum em uma das crianças. De muito alegre, ela passou a choramingar com frequência, parecendo estar com dores e assustada. Ao se aproximar da criança observou que nela havia hematomas nas pernas e nos braços. Sem saber o que fazer, a professora nada perguntou à criança e retomou as atividades do dia. Tendo em vista as responsabilidades dos educadores relativamente à proteção da criança e do adolescente previstas no ECA, a atitude da professora nesse caso foi
- (A) correta, uma vez que não houve reclamação da criança sobre o ocorrido.
  - (B) de omissão, caracterizada como uma infração administrativa.
  - (C) cruel e de falta de humanidade com semelhante indefeso.
  - (D) de preservar a criança à exposição pública vexatória.
  - (E) criminosa por não levar a suspeita ao conhecimento da direção da escola.
-



15. Nos termos da LBD, o Conselho Escolar
- (A) consolida seu trabalho pela atuação específica dos profissionais da educação e não dos pais, pois estes não possuem o conhecimento pedagógico necessário para a elaboração de um projeto educativo.
  - (B) constitui-se numa forma de organização institucional que depende, principalmente, da direção da escola e da equipe técnica da Secretaria de Educação.
  - (C) constitui um importante espaço para fortalecer a gestão escolar participativa e a elaboração do projeto pedagógico da escola.
  - (D) atua colegiadamente, com a participação de toda a comunidade escolar, mas onde a direção da escola tem a responsabilidade de resolução dos problemas da escola.
  - (E) constitui um espaço institucional onde a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso escolar da escola é dividido entre todos os segmentos.
- 
16. “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” A LDB regulamenta a
- (A) educação familiar e comunitária além da educação escolar.
  - (B) educação não formal que ocorre nas relações sociais.
  - (C) formação permanente da pessoa desde o nascimento e ao longo da vida.
  - (D) formação do caráter, dos hábitos e das atitudes.
  - (E) educação escolar que ocorre em instituições próprias, por meio do ensino.
- 
17. Dentre as responsabilidades expressas na LDB, são responsabilidades coletivas do grupo docente:
- (A) participar da elaboração da proposta pedagógica da escola, dos períodos de planejamento, avaliação e formação continuada em serviço.
  - (B) elaborar e cumprir plano de trabalho da sua turma, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.
  - (C) ministrar os dias letivos, registrar a frequência dos alunos e zelar pela sua aprendizagem.
  - (D) administrar o pessoal da escola e seus recursos materiais e financeiros, além de elaborar os planos de ensino.
  - (E) notificar o Conselho Tutelar do Município a relação de alunos com frequência irregular.
- 
18. *Os direitos fundamentais são os direitos do ser humano, reconhecidos e positivados na esfera jurídica de determinado país, como o Brasil, enquanto os direitos internacionais se referem ao ser humano como tal, independentemente de sua vinculação com uma determinada ordem institucional, sendo válidos para todos os homens em todos os tempos.*
- Essa concepção se refere, respectivamente, aos direitos previstos na
- (A) Declaração dos Direitos do Homem e da Mulher e na Declaração de Igualdade e Inclusão Social.
  - (B) Constituição dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal do Brasil.
  - (C) Declaração Nacional de Inclusão Social e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
  - (D) Declaração dos Direitos do Cidadão e no Estatuto da Criança e do Adolescente.
  - (E) Constituição Federal do Brasil e na Declaração Universal de Direitos Humanos.
- 
19. Nos termos do Estatuto da Igualdade Racial, a população negra tem direito à participar de atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer adequadas a seus interesses e condições, de modo a contribuir para o patrimônio cultural de sua comunidade e da sociedade brasileira.
- São providências para o cumprimento deste disposto:
- I. Promoção de ações para viabilizar e ampliar o acesso da população negra ao ensino gratuito e às atividades esportivas e de lazer.
  - II. Desenvolvimento de campanhas educativas, inclusive nas escolas, para que a solidariedade aos membros da população negra faça parte da cultura de toda a sociedade.
  - III. Implementação de políticas públicas para o fortalecimento da juventude negra brasileira.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I e III, apenas.
  - (B) III, apenas.
  - (C) I e II, apenas.
  - (D) I, II e III.
  - (E) II, apenas.
- 
20. Uma das medidas socioeducativas previstas no ECA é a Liberdade Assistida. O objetivo maior desta medida é
- (A) limitar a liberdade de infratores após a saída da unidade correcional.
  - (B) o acompanhamento do adolescente e a orientação deste.
  - (C) a vigilância do menor por meio de equipamentos tecnológicos.
  - (D) a reeducação do infrator por meio do trabalho disciplinado assistido.
  - (E) obrigar a escola a receber estudantes em conflito com a lei.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. As relações capitalistas, que incluem a questão social, têm implicação na profissionalização do serviço social. Desse modo,
- (A) a profissão é resultante de um avanço dos ideários da revolução burguesa que pregava, dentre outros princípios, a igualdade e a liberdade, o avanço da fraternidade entre os cidadãos.
  - (B) a especialização da profissão de serviço social se instala pelo avanço das ciências sociais, mas, sobretudo, pelo reconhecimento que o enfrentamento da questão social deve incluir a intersubjetividade como forma de alcançar os direitos sociais.
  - (C) o Serviço Social é compreendido no processo de produção e reprodução das relações sociais e a profissão se afirma no âmbito da especialização do trabalho coletivo no quadro do desenvolvimento industrial e da expansão urbana.
  - (D) o campo profissional do assistente social tem relação direta com a dissociabilidade das relações de produção e a condição de vida, implicando na desregulamentação do trabalho social com as forças produtivas.
  - (E) o Serviço Social passa a ser reconhecido como profissão a partir do anacronismo do enfrentamento da Questão Social pelos movimentos sociais. Nesse contexto, a classe operária retrocede na cena política e o Estado apresenta suas alternativas, o que inclui o trabalho social.
- 
22. O Serviço Social, lido sob a égide do pensamento crítico, se insere no contexto das relações capitalistas e, por conseguinte, a lógica reprodutiva do capital. Iamamoto e Carvalho (1993) inauguram essa leitura tendo como fundamento a profissão na sociedade capitalista. Desse modo, entende-se o serviço social
- (A) no contexto da divisão social do trabalho, na reprodução das relações de classe e no relacionamento contraditório entre elas. Assim como é fundamental historicizar as práticas da sociedade, as lutas sociais recriadas nas contradições do capitalismo.
  - (B) circunscrito pelo contexto externo do mundo capitalista, mas, sobretudo, pela ética pessoal do profissional que influencia sua responsabilidade no interior das relações institucionais. Além disso, deve-se compreender que a ética supera a determinação histórica.
  - (C) em sua lógica contraditória, definido pelas diferentes demandas entre as solicitações dos usuários e a capacidade de atendimento das políticas sociais.
  - (D) como o aprimoramento e a ampliação da ação social da igreja e, posteriormente, profissionalizada para adotar posturas orientadas pelo conjunto teórico advindo, tanto das ciências humanas, como sociais.
  - (E) reconhecido por sua atuação nos diferentes campos profissionais, tendo como o principal os movimentos sociais que, atualmente, corresponde a mais de 90% de empregabilidade. Essa conquista se fez sob a forte orientação do código de ética profissional.
- 
23. O Código de Ética profissional do assistente social, em vigor desde 1993, pauta o exercício profissional pelo compromisso com princípios fundamentais. Dentre eles pode se destacar:
- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.
  - II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa dos arbítrios e do autoritarismo.
  - III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I e II, apenas.
  - (B) III, apenas.
  - (C) I e III, apenas.
  - (D) II e III, apenas.
  - (E) I, II e III.
- 
24. A Constituição Federal de 1988 ampliou o leque de direitos sociais no Brasil. O art. 6º considera os assim descritos:
- (A) seguridade social, garantias trabalhistas, direitos difusos de grupos populacionais específicos.
  - (B) educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.
  - (C) educação, saúde, direito das mulheres, criança e adolescentes, pessoas com deficiência, gestantes e nutrízes.
  - (D) dignidade humana, liberdade de expressão, acesso universal às políticas públicas e garantias de ir e vir nos termos dessa lei.
  - (E) piso salarial igual em todo o território nacional, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), férias remuneradas, décimo terceiro salário e acesso à seguridade social.



25. A análise da realidade social e o conhecimento da multidimensionalidade da pobreza é um tema fundante no exercício profissional do assistente social. Desse modo, compreende-se a pobreza
- (A) pela ausência total de renda e a não detenção dos meios de produção, conceito que permite identificar o maior determinante para a superação da desigualdade social.
  - (B) como uma categoria capaz de explicar, por si só, os conceitos de risco e vulnerabilidade social, cuja recuperação está na ordenação do mercado.
  - (C) resultante da trajetória de cada sujeito e do modo como cada um aproveita as oportunidades que a sociedade lhe oferece para a superação de sua condição.
  - (D) sem se limitar apenas pela insuficiência de bens materiais, mas também compreendê-la como uma categoria política que se traduz pela ausência de direitos, de desproteção, de possibilidades e de esperanças.
  - (E) como um amplo espectro de determinações, mas que, do ponto de vista pessoal e individual, a condição material tem menos impacto do que aspectos culturais e sociais.
- 
26. O Programa Bolsa Família, criado pela Lei nº 10.836/2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/2004, define em seu art. 4º os objetivos desse programa e dentre eles, dois podem ser destacados: *promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social e promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público*. Atuando como assistente social na unidade de ensino você identificou que existem profissionais que têm preconceito em relação às famílias beneficiárias. Nesse contexto, é necessário considerar que
- (A) os profissionais, das três políticas sociais envolvidas, entendam a renda transferida como direito social e humano e capacitadora de acesso às demais políticas públicas. Essa visão se ancora na perspectiva de que a vulnerabilidade social é determinada por fatores econômicos, sociais e políticos e não depende exclusivamente do esforço individual das famílias.
  - (B) mesmo havendo diferentes posições em relação ao Programa, é possível atuar de forma integrada, pois cada política setorial tem seu papel bem definido. Em especial a política de educação deve se concentrar na formação e transmissão de conteúdos básicos.
  - (C) não há necessidade atuar com convergência de posicionamentos, pois essa é uma dimensão valorativa e ética dos trabalhadores da política de educação, sendo que esse campo é de foro íntimo e toda a formação ética está composta pela trajetória individual do cidadão. No entanto, pode-se orientar os professores, funcionários e alunos para que não manifestem seus posicionamentos.
  - (D) apesar da transferência de renda não poder ser entendida como direito social, pois apenas ameniza a pobreza e não toca as determinações históricas e legais, não se pode conviver com preconceitos no interior da unidade escolar, assim seria necessária uma campanha de conscientização para todos os sujeitos que convivem na instituição.
  - (E) mesmo motivada por um campo nebuloso que é o preconceito, esse fato pode motivar uma campanha de acesso ao trabalho das mulheres beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, pois assim reduziria a acomodação dessas famílias em relação à recuperação da renda, uma vez que numa sociedade salarial e no atual estágio do capitalismo é possível se ter acesso universal ao trabalho.
- 
27. Com a Constituição Federal de 1988, as políticas sociais ganham nova configuração e há necessidade de explicitar a concepção de esfera pública definindo alguns dos seus elementos constitutivos, dentre eles o controle social, entendido como
- (A) resposta a necessidades sociais que têm origem na sociedade e são incorporadas e processadas pelo Estado em suas diferentes esferas de poder (federal, estadual e municipal).
  - (B) acesso aos processos que informam decisões da sociedade política, viabilizando a participação da sociedade civil organizada na formulação e na revisão das regras que conduzem as negociações e arbitragens sobre os interesses em jogo, além da fiscalização daquelas decisões, segundo critérios pactuados.
  - (C) ação do estado no controle dos cidadãos e na capacidade das instituições moldarem os comportamentos dos indivíduos e grupos sociais, a partir de uma dada linha de atitudes socialmente aceitas e capazes de se reproduzirem em outras esferas sociais.
  - (D) ampliação dos fóruns de decisão política que pode alargar a representação de diferentes segmentos com direito a voz e voto, desde que escolhidos em fóruns previamente instituídos por lei. No entanto, o controle social só se concretiza quando os agentes públicos e externos se reconhecem legalmente instituídos nos conselhos de direitos.
  - (E) resultante do acompanhamento exclusivo da execução financeira, pois sem essa dimensão dos investimentos estatais não se pode dizer que as políticas sociais têm o verdadeiro controle social. O financiamento é considerado a mola movedora das políticas sociais.



28. O trabalho profissional do assistente social, no âmbito da educação, deve-se pautar
- (A) na adoção de processos de articulação com as lutas sociais travadas pela ampliação das condições de permanência dos estudantes em seus diferentes momentos de formação, o que significa ir além dos procedimentos técnicos-instrumentais.
  - (B) numa postura cautelosa e restrita quando se trata da diversidade de gênero e conceitos éticos, pois estes devem respeitar as formatações existentes no seio familiar em primeiro lugar, não cabendo ao assistente social entrar no mérito de temas relacionados aos preconceitos.
  - (C) no modelo institucional de respeito às regras de forma irrestrita, mesmo entendendo que nem sempre é possível atender às demandas dos usuários, na medida em que a educação escolarizada tem por objetivo fundamental a formação cidadã.
  - (D) no uso específico de seu instrumental técnico-operativo de forma competente e priorizar as atividades de grupo, pois é no ambiente escolar que se forma a ideia de coletivo. Desse modo, é fundamental definir diferentes grupos de alunos por idade e por série e fazer essas discussões durante os horários das aulas.
  - (E) no trabalho multidisciplinar como essencial para definir seu campo de intervenção. No âmbito da educação não é possível identificar as especificidades da contribuição de diferentes saberes, sobretudo quando se adota os valores de Piaget no processo formativo.
- 
29. Conforme o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), o trabalho do assistente social na política de educação deve apresentar a concepção de educação fundamentada no conceito de emancipação assim definida:
- I. A garantia do respeito à diversidade humana, da afirmação incondicional dos direitos humanos, considerando a livre orientação e expressão sexual, livre identidade de gênero, sem as quais não se viabiliza uma educação não sexista, não racista, não homofóbica/lesbofóbica/transfóbica.
  - II. Os processos de constituição dos sujeitos coletivos e de suas lutas é, desta forma, condição de uma educação emancipadora, posto que qualificam a democracia como um processo e não como um valor liberal.
  - III. Contraposição aos processos de socialização da política, de socialização do poder como condição central de superação da ordem burguesa.
- Está correto o que se afirma em
- (A) II e III, apenas.
  - (B) III, apenas.
  - (C) I e II, apenas.
  - (D) I, apenas.
  - (E) I, II e III.
- 
30. O trabalho do assistente social na política de educação deve coadunar suas responsabilidades específicas (desenhadas por seu arcabouço teórico, metodológico e ético-político) e a realidade do contexto educacional. Desse modo, para contribuir na garantia do direito de acesso à política de educação é necessário considerar como princípio educacional:
- (A) a importância da frequência escolar como forma de promover prioritariamente a alienação e o policiamento de comportamento. Essa análise é fundamental para construir rebeldias.
  - (B) a construção de conceitos e consensos como valores fundantes na estrutura da formação educacional, potencializando a integração na ordem vigente e da emancipação pessoal.
  - (C) o limite das competências individuais, pois a educação deve, antes de mais nada, reconhecer as liberdades individuais economicamente e socialmente liberalizantes.
  - (D) prioritariamente a adoção do modelo da “escola sem partido” para todo o território nacional, pois a educação não poderia ter como pressuposto o ensino ideologizado.
  - (E) a forma emancipadora, que possibilite aos indivíduos sociais o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades como gênero humano.
- 
31. Uma das atuações previstas para o assistente social no âmbito da educação é a participação nos espaços dos conselhos de políticas e de direitos. Tendo sido indicado como membro governamental representando a educação no Conselho Municipal de Assistência Social, você deve considerar o Conselho como
- (A) espaço participativo com representantes da sociedade civil e poder público, mas, em especial, para o Conselho Municipal de Assistência Social não é possível configurá-lo como deliberativo a partir da atual lei do Sistema Único de Assistência Social, promulgada em 2011.
  - (B) instância de democratização da política de assistência social com membros do poder público e da sociedade civil, sendo que os membros não governamentais só poderão ter assento quando indicados por setores que estabeleçam convênio com os Órgãos Governamentais.
  - (C) instituição governamental, mas que ampliam as condições de opinião da sociedade civil, com paridade entre trabalhadores, usuários e prestadores de serviço.
  - (D) canal de participação que articula representantes da população e membros do poder público estatal em práticas que dizem respeito à gestão de bens públicos.
  - (E) órgão superior de deliberação colegiada, vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, cujos membros nomeados pelo Presidente da República, têm mandato de 2 anos, permitida uma única recondução por igual período.



32. Aldalza Sposati (2013), ao analisar os 20 anos de implementação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), afirma: *A legalidade obtida em normas e dispositivos não possibilitou ainda o alcance da legitimidade capaz de provocar acolhida consciente e convicta de um projeto dirigente em valor social.* Esse posicionamento deve ser compreendido como
- (A) a necessidade de a política de assistência social reduzir seu escopo legal de modo a se adequar mais aos anseios dos sujeitos dessa política pública.
  - (B) o aprofundamento cabível no que concerne ao aprimoramento da gestão e a implementação de novos mecanismos de monitoramento.
  - (C) a envergadura de um pensamento mais condizente com o hegemônico na sociedade (liberal) para que essa política se consolide em todo o território nacional.
  - (D) a superação da timidez ainda presente na afirmação da assistência social na luta política e a disputa por um projeto de sociedade que reconheça o direito à proteção social.
  - (E) a legitimidade que só se alcança quando a elite da sociedade adere a uma determinada ideia e, nesse caso, ao direito à proteção.

33. As políticas sociais nos dias atuais vêm requerendo para a qualificação de suas ofertas o conhecimento do território de referência da unidade pública de atendimento. A concepção de território que favorece o planejamento e execução das políticas sociais permite compreender que território
- I. só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir de seu uso e do pensamento conjunto com aqueles atores que dele utilizam.
  - II. no âmbito das políticas sociais implica em um deslocamento de rota e de escala, que se afasta das médias e das homogeneidades, ao mesmo tempo em que busca articular elementos estruturantes às expressões manifestadas nas particularidades e singularidades dos lugares.
  - III. expressa, ao mesmo tempo, produção e reprodução das relações socioeconômicas, políticas e culturais, presentes na sociedade que ele abriga.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
  - (B) III, apenas.
  - (C) II e III, apenas.
  - (D) I e III, apenas.
  - (E) I, II e III.
34. José, com 12 anos, está no 5º ano do ensino fundamental e, recentemente, vem faltando às aulas com mais frequência. Ao conhecer os motivos desse absenteísmo identificou-se que ele está trabalhando com a mãe 3 dias por semana numa coleta seletiva de lixo. O assistente social, chamado a atuar nessa situação deve:
- (A) identificar a situação da renda da família, encaminhá-la para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e indicar uma instituição de aprendizagem profissional para incluir o aluno como aprendiz.
  - (B) elaborar um laudo social e acionar o Conselho Tutelar para que se lavre um auto a ser enviado à Vara da Infância e Adolescência que incrimine a mãe, uma vez que o trabalho infantil é proibido no Brasil desde o Código de Menores.
  - (C) utilizar e articular os recursos da rede de proteção e de garantia de direitos para a interrupção imediata do trabalho, na medida em que o trabalho em idade inferior a 16 anos é terminantemente proibido, salvo na hipótese de trabalho aprendiz, permitido para adolescente maior de 14 anos.
  - (D) realizar uma visita domiciliar para orientar a família que esse trabalho só poderá ser realizado nos horários alternativos ao escolar, pois com 12 anos de idade é possível enquadrar como adolescente aprendiz e regularizar a situação.
  - (E) lavrar em um laudo social sobre a condição de vida da família, apresentá-lo à coordenação pedagógica, à direção e ao professor responsável pelo ano que o aluno frequenta, para que possam justificar essas ausências por se tratar de caso que apresenta carência extrema.

35. As dificuldades escolares e de aprendizagem quando diagnosticadas como psicopatologias requerem a busca de formas de enfrentamento dessa questão e, em relação a isso, considere:
- I. O aumento da agressividade e depressão entre os alunos exige que se amplie o acesso à aplicação medicamentosa.
  - II. Os gestores e trabalhadores das políticas sociais que atendem crianças e adolescentes com problemas de saúde mental precisam ampliar o atendimento e implementar novas formas de prevenção, incluindo os adultos responsáveis.
  - III. A necessária busca de compreensão das políticas de saúde e de educação no que concerne aos determinantes desse quadro de saúde das crianças e adolescentes e o empreendimento de estratégias intersetoriais para soluções mais adequadas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.



36. Para o assistente social é fundamental compreender o contexto sócio-histórico em que se situa sua intervenção profissional. Assim, é necessário ter competência para
- (A) apreender de forma técnica e acrítica os processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de parcialidade.
  - (B) analisar o movimento histórico da sociedade, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade.
  - (C) compreender o significado social da profissão e seu desenvolvimento sócio-histórico, no cenário internacional e nacional, reafirmando seu caráter interventivo no fortalecimento do poder hegemônico da sociedade capitalista.
  - (D) analisar as causas que levam alguns grupos e movimentos sociais a adotarem determinados comportamentos radicais e assim estabelecer estratégias profissionais que efetivamente contribuam para alterar tais atitudes e corroborem para a integração social dos sujeitos.
  - (E) identificar as demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento das mazelas sociais promovendo, dessa forma, a harmonia social e as articulações necessárias, com ênfase no campo privado, face às necessidades da ampliação da responsabilidade social.
- 
37. Ao ser chamado para um trabalho na área da Política de Educação, o assistente social irá desenvolver sua atuação profissional
- (A) por meio da abordagem individual e grupal com educandos em maior situação de vulnerabilidade social, como as duas únicas modalidades possíveis no âmbito de intervenção profissional, visto que cada educando e grupo requer do assistente social orientações e encaminhamentos específicos.
  - (B) considerando a visão empírica das situações a ele apresentadas, se atendo às aparências dos fenômenos que, por si só, expressam a compreensão do contexto das condições de vida, de trabalho e de educação da população.
  - (C) com foco na verificação do alcance das metas relativas ao acesso e à permanência dos educandos na Política de Educação, pois a definição de novas estratégias de ação profissional, a partir do desvelamento de como essa política pública se inscreve nos processos de reprodução das desigualdades sociais não cabem ao assistente social.
  - (D) utilizando-se da abordagem individual e a atuação junto às famílias dos educandos como as duas dimensões de intervenção profissional exclusivas para esse campo de trabalho, pois a ação profissional deve sempre ter como foco o estabelecimento de estratégias particulares de enfrentamento das situações de ameaça, violação e não acesso aos direitos sociais.
  - (E) por meio da intervenção coletiva junto aos movimentos sociais como condição fundamental de constituição e reconhecimento dos sujeitos coletivos frente aos processos de ampliação dos direitos sociais e, em particular, do direito a uma educação pública, laica e de qualidade, a partir dos interesses da classe trabalhadora.
- 
38. O acompanhamento da condicionalidade do Programa Bolsa Família na área da educação objetiva estimular a permanência e progressão escolar pelo acompanhamento individual dos motivos da baixa frequência ou da não frequência do educando e sua superação. Essa condicionalidade é assim estabelecida:
- (A) todas as crianças e os adolescentes de 6 a 15 anos das famílias beneficiárias devem estar matriculados na escola e ter frequência mínima de 85% das aulas.
  - (B) jovens de 16 e 17 anos devem estar matriculados na escola e ter frequência mínima de 75% das aulas.
  - (C) todas as crianças e adolescentes de 3 a 15 anos das famílias beneficiárias devem estar matriculados na escola e ter frequência mínima de 85% das aulas.
  - (D) todas as crianças e os adolescentes de 6 a 15 anos das famílias beneficiárias devem estar matriculados na escola e ter frequência mínima de 75% das aulas.
  - (E) jovens de 16 a 18 anos devem estar matriculados na escola e ter frequência mínima de 85% das aulas.
- 
39. A família de um educando necessita de um benefício eventual por não ter condições de arcar, por conta própria, com o enfrentamento de situações adversas e que fragilizaram a manutenção do educando e da própria família. Considerando a legislação referente a esse benefício, o assistente social da política da educação municipal tomará a seguinte providência:
- (A) encaminhará para a Associação de Pais e Professores da escola em que o educando estuda.
  - (B) fará os devidos encaminhamentos para a política de assistência social do município.
  - (C) articulará com a política de saúde, responsável por operacionalizar tal benefício.
  - (D) concederá o respectivo benefício eventual que a família tem direito por meio do programa de apoio ao educando.
  - (E) pautará no Conselho Municipal de Educação para que o município implante esse benefício no campo da política de educação.



40. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) dispôs na Resolução nº 493/2006, de 21 de agosto de 2006 sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Com base na referida Resolução é correto afirmar:
- (A) O material técnico utilizado e produzido no atendimento é de caráter reservado, sendo seu uso e acesso liberados a todos os profissionais que atuam na unidade de trabalho do assistente social.
  - (B) O atendimento efetuado pelo assistente social ao usuário do serviço deve ser feito com portas abertas, de forma a garantir a socialização e interação com outros profissionais e usuários, mas é importante que seja pactuado com os demais, a manutenção do sigilo.
  - (C) O assistente social deve informar por escrito à entidade, instituição ou órgão que trabalha ou presta serviços, sob qualquer modalidade, acerca das inadequações constatadas por este, quanto às condições éticas, físicas e técnicas do exercício profissional, sugerindo alternativas para melhoria dos serviços prestados.
  - (D) O arquivo do material técnico utilizado pelo assistente social deve, obrigatoriamente, ser guardado no mesmo espaço físico de atuação do profissional, mesmo que exista outro espaço físico de acesso interno somente aos trabalhadores da unidade.
  - (E) As inadequações constatadas pelo profissional devem ser comunicadas primeiramente ao Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) e cabe a este, comunicar ao órgão que o assistente social trabalha ou presta serviços técnicos, sob qualquer modalidade, estabelecendo prazo para que o problema seja resolvido.

41. A criação de canais de participação da população por meio dos Conselhos Setoriais e de Defesa de Direitos trouxe desafios quanto: ao exercício da partilha do poder estatal, à interferência nas decisões sobre as prioridades, à definição de conteúdos e direção das políticas sociais. Para Raichelis (2011), a representação da categoria profissional dos assistentes sociais nos diferentes espaços de controle social deveria contribuir para

- I. Ampliar os fóruns da sociedade civil, estimulando a participação dos movimentos sociais e das organizações populares, especialmente dos usuários das políticas sociais públicas, ainda fragilmente representados nos Conselhos e demais espaços públicos de deliberação.
- II. Contrapor-se à tendência de despolitização da sociedade civil a partir de uma intervenção pública que conduza à explicitação das diferenças entre os projetos políticos em disputa.
- III. Desencadear ações nos espaços públicos que estimulem o desenvolvimento da sociabilidade pública, capaz de refundar a política como esfera de criação e universalização de direitos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
  - (B) I, II e III.
  - (C) III, apenas.
  - (D) I e II, apenas.
  - (E) II, apenas.
42. A gestão democrática é uma direção que está presente na definição dos sistemas de políticas sociais. É correto afirmar que tal forma de gestão se faz presente quando
- (A) se tem a adoção de atitudes básicas ou de transferência de responsabilidades para que a população, por sua própria conta, tem a liberdade de tomar iniciativas e produzir respostas às suas demandas.
  - (B) há a defesa da ausência de conflitos e disputas e se busca a construção da harmonia nos serviços, mostrando para os diferentes atores que os interesses são todos iguais e assim deve prevalecer a união e conformidade, para que o trabalho possa ser desenvolvido de maneira adequada.
  - (C) se atribui a responsabilidade para a comunidade se autogovernar e os gestores públicos governam com base na experiência, bom senso, intuição e honestidade.
  - (D) fomenta o diálogo com coletivos como ferramenta estratégica para fortalecer o serviço ampliando a possibilidade de decisões mais justas e que expressem o interesse público.
  - (E) fortalecem o diálogo com cada indivíduo e administra demandas pontuais e individuais como estratégia de que os serviços atendam com mais especificidade o interesse particular.



43. A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece a organização da educação nacional, prevendo no art. 12 que os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, no que concerne às faltas dos alunos, terão a incumbência de notificar:
- (A) somente o Conselho Tutelar do Município a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 50% do percentual permitido em lei.
  - (B) ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 15% do percentual permitido em lei.
  - (C) ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Conselho Municipal de Educação a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 15% do percentual permitido em lei.
  - (D) exclusivamente ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 25% do percentual permitido em lei.
  - (E) ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 50% do percentual permitido em lei.
- 
44. Há elementos estratégicos que necessitam ser considerados na gestão de políticas públicas. Para que a ação pública proporcione proteção e segurança aos cidadãos tem-se a concepção da articulação por sistemas. Nessa linha, compreende-se que a intersetorialidade
- (A) remete à ideia de que as políticas são, por si só, completas e que podem alcançar plenamente suas finalidades, mas a articulação entre elas, permite um aprimoramento das ações junto aos cidadãos.
  - (B) trata de um acúmulo setorial, em que cada política pública já possui seus conhecimentos e estratégias e devem reproduzi-los sempre nos mesmos modos de execução, sendo que a articulação é o resultado da somatória das ações particularizadas.
  - (C) pressupõe mobilização de sujeitos diversos ligados a diferentes áreas para responder a problemas complexos que se espalham nos diferentes *locus* de intervenção e produção de conhecimento.
  - (D) prevê o desenvolvimento de uma cultura unidisciplinar em que a organização e o conhecimento ficam retidos nas áreas de cada especialização em procedimentos fragmentados para que proporcione a visão integrada dos sujeitos e das realidades sociais.
  - (E) pressupõe a incorporação de novas explicações para a realidade social de modo a compreendê-la por meio das explicações tópicas, fracionadas e unidimensionais dentro do âmbito dos diferentes setores.
- 
45. O método do Planejamento Estratégico Situacional é proposto para trabalhar com a complexidade dos problemas sociais. Quanto a esse método, o autor Lida (1993) afirma que
- (A) é um modelo flexível, que se adapta a constantes mudanças da situação real, separa as funções de planejamento das funções de execução, realiza análises situacionais para orientar o dirigente no momento da ação, é ativo e complexo, faz análises de viabilidade, afere a mediação entre plano e a ação.
  - (B) é um método de planejamento utilizado na América Latina difundido na década de 1950 de conteúdo tecnocrático e determinístico, indicado para os países subdesenvolvidos e que enfrentam graves problemas de desigualdade social e extrema pobreza.
  - (C) é utilizado nas políticas sociais devido às condições de subalternidade do público atendido e assim considerando que o objeto do plano é estático, pressupõe-se que quem elabora o plano tem todos os poderes para atuar sobre o objeto do plano, pois este é um sujeito passivo.
  - (D) é ideal para a área social, pois há uma separação clara entre a equipe de planejamento e a de execução, no momento da ação e por ser flexível e dinâmico, o plano proporciona que este possa ser desconsiderado e o dirigente pode atuar com base nas improvisações partindo da análise e necessidade da realidade local.
  - (E) tem obtido resultados satisfatórios na área social porque sua premissa é a projeção do futuro a partir de um diagnóstico que se baseia no passado, partindo da perspectiva de que a trajetória passada se repetirá no futuro, com poucas mudanças.
- 
46. Para a elaboração de respostas mais qualificadas na construção de novas legitimidades do Serviço Social, é necessário investir numa instrumentalidade no exercício profissional do assistente social. Tal instrumentalidade se refere
- (A) a uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico e é por meio desta capacidade, que os profissionais alteram o cotidiano, modificando as condições, os meios e os instrumentos existentes para o alcance dos objetivos profissionais.
  - (B) às técnicas que devem ser empregadas no cotidiano profissional no universo das práticas reformistas integradoras que visam controlar e adaptar comportamentos, moldar subjetividades e formas de sociabilidade necessárias à reprodução da ordem capitalista vigente.
  - (C) às ações instrumentais pragmáticas e imediatistas que o trabalhador deve ficar atento, a partir da mera requisição instrumental-operativa do mercado de trabalho por eficácia e eficiência, considerando a necessidade de responder imediatamente às situações de patologia social existentes.
  - (D) ao conjunto de instrumentos utilizados no agir profissional, como um fim em si mesmo, através dos quais o assistente social pode concretamente alcançar suas finalidades seguindo as técnicas como “receituários” ou “manual passo a passo”.
  - (E) ao uso de instrumentos e técnicas isentas de conteúdo valorativo, que são suficientes para responder à realidade cotidiana e às complexas demandas do exercício profissional, nas quais a preocupação se restringe à eficácia dos fins.



47. O assistente social utiliza a visita domiciliar como instrumento profissional para apreender os objetos de intervenção implícitos nas demandas e, por conseguinte, para planejar e operacionalizar o seu trabalho. A visita domiciliar tem por objetivo
- (A) fornecer uma avaliação pontual com foco na demanda do usuário para que o profissional possa emitir parecer favorável ou desfavorável à respectiva requisição.
  - (B) proporcionar para o assistente social observação das condições de vida dos usuários, pois “entrar” na privacidade das famílias faz parte da rotina profissional e a visita domiciliar é um fim em si mesma.
  - (C) propiciar a apreensão do modo de vida dos sujeitos, expresso no cotidiano de sua vida familiar, comunitária, no seu trabalho, nas relações que estabelece, no significado que atribui a estas relações, na sua linguagem, representações, com vistas sempre à construção de novas sínteses.
  - (D) interferir diretamente na vida individual e familiar dos usuários e, dessa forma, não deve ser comunicada previamente a sua realização para que a realidade vivenciada não seja mascarada e a intervenção aconteça de maneira equivocada.
  - (E) observar o comportamento do usuário para que a intervenção consiga alterar seu comportamento induzindo a uma atitude mais proativa e, para tanto, é sempre necessário que seja realizada por uma dupla psicossocial.
- 
48. Como assistente social da política de educação, você se depara com um número significativo de educandos que vêm enfrentando situações de vulnerabilidades e riscos sociais. Diante dessa realidade, você elaborará um estudo social, que deve ser compreendido como um instrumento utilizado pelo profissional
- (A) para explicitar o posicionamento do profissional que conheceu a realidade social e emitir seu parecer conclusivo sobre a situação analisada.
  - (B) que possibilita a realização do estudo socioeconômico e que permite explicitar a subjetividade pessoal do profissional nos aspectos relacionados à sua impressão sobre os usuários, sobrepondo às observações objetivas e concretas.
  - (C) que tem como base de coleta de informações exclusivamente a visita domiciliar, pois é ela que possibilita maior apropriação e aproximação da realidade vivenciada pelos educandos.
  - (D) para anexar aos documentos que compõem os processos sociais em várias instâncias e órgãos em tramitação, considerando que o objetivo desse estudo social é a superação da condição de vulnerabilidade, não sendo necessário permanecer sigilosamente em arquivos do Serviço Social.
  - (E) apresentar diversos e diferentes aspectos que envolvem uma expressão social e mostrar a sua relevância, situá-la no contexto em que aconteceu e indicar as possibilidades de ação para modificá-la.
- 
49. Netto (2002) explicita, em sua reflexão sobre o capitalismo e barbárie contemporânea, que a análise marxiana da lei da acumulação capitalista revela a anatomia da questão social. Nesta perspectiva teórico-analítica, compreende-se que a questão social
- (A) tem estreita relação com os desdobramentos dos problemas sociais que a ordem burguesa herdou e com os traços invariáveis da sociedade em que a natureza humana já está conclusa.
  - (B) se expressa na desigualdade socioeconômica, desemprego, fome, doenças, frente a conjunturas econômicas adversas como características naturais e inelimináveis de toda e qualquer ordem social.
  - (C) está totalmente desvinculada da estrutura econômico-social estabelecida, podendo ser enfrentada com um programa de reformas que preserve a propriedade privada dos meios de produção.
  - (D) está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho – a exploração.
  - (E) é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital em que sua existência e manifestação são sazonais dependendo da dinâmica do capital.
- 
50. O assistente social, ao trabalhar na política pública, deve considerar a dimensão territorial no processo de gestão. A perspectiva do território deve ser compreendida
- (A) apenas como espaço administrativo, circunscrito a um limite artificialmente definido em um mapa com divisão político-administrativa em que deverá ocorrer a intervenção.
  - (B) como aquela que trabalha não somente com os aspectos das necessidades, como se refere às próprias relações estabelecidas entre os sujeitos e seu cotidiano de vivência, envolvendo igualmente os aspectos objetivos da realidade vivida pelas populações e a dimensão subjetiva.
  - (C) a partir da noção de quem são os necessitados, para que as ações sejam direcionadas aos mais pobres, que são objetos de intervenção e devem receber os benefícios, dada a sua condição de carente.
  - (D) exclusivamente aos aspectos objetivos da realidade vivida pelas comunidades, pois os aspectos subjetivos não podem ser dimensionados.
  - (E) como o levantamento de grandes números e estatísticas genéricas com listagem de informações que dão características e visão estática, como os perfis demográficos e socioeconômicos de uma dada realidade.